

Caso Esmeralda e a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann*

Miguel Midões

Índice

1	Introdução	1
2	A Espiral do Silêncio	2
3	O que é a Opinião Pública?	2
4	A Descoberta da Natureza Social do Homem	3
5	Embaraço - indicador do medo do isolamento	4
6	A Teoria da Espiral do Silêncio	5
7	Testes à Teoria da Espiral do Silêncio	6
8	Caso Esmeralda e a Opinião Pública	6
9	Conclusão	8
10	Bibliografia	8

1 Introdução

“Há um facto que pode baralhar os estudos eleitorais. Os discursos de Santana Lopes colocaram o seu eleitorado “natural” contra as sondagens. É natural que esse eleitorado, quando questionado pelas empresas de sondagens, não responda ou diga que se vai abster. A este fenómeno chama-se “Espiral do Silêncio” e, quando é significativo, pode

afectar seriamente as sondagens.” Ricardo Costa, editor de política da SIC, em siconline.pt, 16 de Fevereiro de 2005.

Tendo como objectivo principal o resumo do capítulo 13, “The Spiral of Silence and the Social Nature of Man”¹, do livro “Handbook of Political Communication Research”, tomei liberdade de relacionar estes princípios teóricos com um caso prático português, bem conhecido pela sua, talvez exagerada, exposição nos meios de comunicação social. De forma resumida, considerando que perante uma situação de espiral do silêncio, aqueles que detêm as opiniões maioritárias tendem, ainda que indirectamente, a silenciar os detentores de opiniões minoritárias, que com o receio de represálias acabam por não expor o seu pensamento.

Sabendo que a melhor forma para analisar esta teoria social é o método experimental, cabe-me desde já referir que o trabalho que se segue fica limitado nesse sentido, pois apenas pretende analisar como os “mass media” tomaram uma posição clara acerca deste caso, levando (ou não) à formulação de uma opinião pública, apoiada pela maioria da população. É por isso um trabalho descritivo,

*Trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Comunicação Pública, Política e Intercultural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007/2008.

¹ Tradução: “A Espiral do Silêncio e a natureza social do Homem”

se bem que com uma pequena análise pessoal à temática.

Partindo do princípio que os meios de comunicação formam, ou pelo menos contribuem, para a opinião pública, pretendo tentar entender como é que no Caso Esmeralda, os meios de comunicação portugueses se colocaram do lado da família adoptiva, invocando todos os direitos da pequena criança, silenciando todos os que no vasto auditório de Portugal poderiam ter uma opinião contrária. Estou certo que os há, mas poucos foram os que não recearam vir a público manifestar o seu ponto de vista.

Mas, nem sempre a opinião vigorante é tão forte como parece, ou pelo menos, a mais correcta. Francisco Saraiva de Sousa, no seu blog acerca da Espiral do Silêncio, lembra que as pessoas que “recusam a perspectiva dominante sentem-se marginalizadas e, frequentemente, retiram-se e calam-se. Esta inibição faz com que a opinião que recebe apoio explícito pareça mais forte do que realmente é, e a outra, mais débil”. É sempre o medo do isolamento que leva a que os apoiantes do ponto de vista menos visível fiquem silenciosos.

O resumo deste capítulo com a sua interligação com este caso nacional, permite-me ainda aumentar, ainda que de dimensões reduzidas, a bibliografia e a literatura acerca desta questão das Ciências da Comunicação, tão chamada à ordem do dia, actualmente, que se designa por Teoria da Espiral do Silêncio.

2 A Espiral do Silêncio

A Teoria da Espiral do Silêncio despertou interesse nas Ciências Sociais quando foi apresentada pela primeira vez, em 1972, por

Noelle-Neuman. No entanto, desde então, têm surgido várias ideias erradas e noções falsas acerca da mesma, que nunca é demais esclarecer. Falsos mitos que surgiram, pela primeira vez, com a publicação da teoria no “Journal of Communication”, em 1974. George Gerbner, editor deste mesmo jornal, chegou a dizer que o ideal de uma teoria tão complexa como esta nunca poderia ser completamente apresentado num artigo de jornal.

Contudo, pode-se considerar que o núcleo duro desta teoria consiste no argumento de que as que as pessoas que têm uma opinião, um ponto de vista, minoritário, tendem a cair no silêncio ou no conformismo, perante a opinião pública geral. “Tend to fall silent and conceal their views in public”².

Contudo, apesar desta exposição estar correcta, Noelle Neumann e Thomas Petersen consideram ser necessário ir mais longe e não deixar este argumento colocado de forma tão simplificada. É necessário entender como a opinião pública interfere com o comportamento das pessoas.

3 O que é a Opinião Pública?

Tentar entender o conceito de opinião pública é entrar num mundo de confusões, mal entendidos e problemas de comunicação. E, apesar de não haver uma definição concreta e geral do conceito de “opinião pública”, muito se tem dito acerca deste, e o seu emprego nos mais variados contextos tem aumentado de forma categórica.

² Tradução: “Tendem a ficar silenciados e a conciliar as suas opiniões com as do público” – KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2994, p.339.

A nível histórico, a aplicação do conceito de “opinião pública” remonta já aos tempos das cartas trocadas entre Cícero e o seu irmão Atticus. Mas, só na idade moderna o termo aparece nas mais variadas línguas. Na antiguidade, por exemplo, encontram-se vários sinónimos para este conceito, como a simples “opinião”. Está também relacionado com o controlo social, com o consenso social entre o governo e cada um dos elementos que compõem a sociedade. Para Aristóteles, “he who loses the support of the people is a king no longer”³. É na opinião, essencialmente do povo, a maior fatia da sociedade, que o governo se encontra, tem a oportunidade de se rever.

No século XVI, a ideia de “opinião pública” aparece ligada à intelectualidade e à elite. Digamos que no Romantismo as ideias prevalentes eram as dos poetas e, por isso, Montaigne chegou mesmo a considerar que, a cidadania completa consistia no seguimento das ideias destes intelectuais.

É no século XVIII que o termo sofre uma mudança semântica e aparece intimamente relacionado com a Razão. “Reason (...) was now also viewed as the essence of public opinion”⁴. Uma opinião formada através do debate de ideias, que ganhou força e que permaneceu até à segunda metade do século XX, defendida por Michel Foucault, Pierre Bourdieu, ou Jurgen Habermas.

³ Tradução: “Aquele que perder o apoio do povo não será rei por muito tempo” - KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004, p.340.

⁴ Tradução: “A Razão (...) era vista como a essência da opinião pública” - KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004, p.341.

Nouelle-Neumann e Thomas Peterson defendem neste artigo do capítulo 13 que a característica mais importante da “opinião pública” é o poder dominante que esta exerce, tanto no Governo, como em cada elemento, indivíduo, que compõe uma sociedade. Os autores chegam mesmo a referir que é completamente impossível explicar como é que a “opinião pública” pode, por exemplo, desencadear uma revolução. Ambos defendem que só voltando ao anterior conceito de “O.P.” se poderá entender este poder, só voltando à ideia de controlo social. Sublinham, no entanto, que o seu poder deriva da natureza social do homem.

4 A Descoberta da Natureza Social do Homem

Todos os teóricos que entendem a opinião pública como o resultado de um “subconscious collective behavior”⁵, que é incompatível com o regime democrático e com a noção de independência individual, têm, de certa forma, dificuldade em entender e aceitar a noção de Natureza Social do Homem.

John Locke, que preferia defender que a relação entre a lei divina e a lei civil, dá lugar a uma outra lei tripartida: opinião, reputação e estilo (“law of opinion, reputation and fashion”). A desaprovação do meio envolvente a uma pessoa aparece, segundo Locke, como uma punição para quem infringe esta lei da opinião, que acaba por ser bem mais temida que a punição divina ou civil. Locke acaba por ser vítima das suas pró-

⁵ Tradução: “Comportamento colectivo inconsciente” - KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004, p.341.

prias ideias, pois estas eram defendidas por uma minoria e por isso desaprovadas.

Em meados do século XVIII, Jean Jacques Rousseau vem acrescentar que o Homem, sendo um ser em sociedade, está sempre orientado a partir do exterior e adquire sentimentos de existência, através da percepção que tem daquilo que os outros pensam de si. Considero, aliás, esta ideia como um acrescento fundamental ao que chamamos hoje “Espiral do Silêncio”, uma vez que a maioria dos indivíduos de uma sociedade que não pronunciam a sua opinião com medo de represálias, fazem-no, acima de tudo, com medo daquilo que os outros possam vir a pensar de si. Ou seja, antes mesmo de chegarmos ao isolamento pelo silêncio de um ponto de vista minoritário, o ser humano realiza este exercício mental. Tenta perceber o que os outros vão ficar a pensar se partir na defesa de determinada opinião.

Rousseau considerou ainda que cada indivíduo trava uma batalha interior entre a sua natureza individual, (a satisfação das suas necessidades, dos seus interesses), e a natureza social, (a necessidade de ser reconhecido e respeitado pelos outros). O problema está em conciliar as duas naturezas.

Também Mead, nos finais do século XIX, inícios do século XX, tentou contribuir para esta noção de Natureza Social do Homem. Ao descobrir a “Interacção Simbólica”, Mead descobriu o “estado interior” – onde cada indivíduo imagina o que os outros dizem ou pensam de si, e como o vão julgar perante determinada atitude ou tomada de posição. Agora, Interação Simbólica não pode ser confundida com empatia. Este processo social não consiste na ideia de entender

melhor o outro, mas sim na “ability to foresee how others will react”.⁶

Mais tarde, depois de Mead ter sido ridicularizado pelas suas ideias, surge Erving Goffman, que se torna no próximo marco na descoberta da Natureza Social do Homem. Goffman era psicólogo clínico e trabalhava com doentes do foro psiquiátrico, logo com as suas expressões faciais, as suas aparências externas. Descobre que estes tentam ajustar a sua aparência e o seu comportamento para que pareçam normais, melhor, para que sejam reconhecidos como tal. Segundo este investigador, quanto mais anónimo é o público, maior é o medo de exposição do doente psiquiátrico. Mais um exemplo que vem mostrar que, no dia a dia, por vezes até inconscientemente, adequamos as nossas opiniões à maioria, só para não sermos discriminados, com o receio daquilo que os outros possam vir a pensar de nós. Tentamos, no seio de um grupo, fazer-nos parecer “normais”.

5 Embaraço - indicador do medo do isolamento

O embaraço, ou o ficar embaraçado, numa determinada situação, é também, sem dúvida, um indicador de medo do isolamento, de rejeição social. Há, por isso, autores que defendem que o comportamento humano está sujeito a um tipo de controlo pessoal interior, mesmo antes de entrar em cena o já falado controlo social. Uma situação pode ser constrangedora, quando se vão contra

⁶ Tradução: “habilidade com que os outros vão reagir” - KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004, p.343.

as regras impostas por um grupo/sociedade, quando se diverge do consenso social (opinião maioritária), mesmo antes de haver uma pressão social exercida pelo colectivo. Mesmo antes de um grupo saber que a determinada opinião é desviante da maioria, já interiormente o indivíduo está em conflito. Precisamente o que descreveu Mead na “Interacção Simbólica” – o sentimento de imaginar aquilo que os outros podem vir a pensar e como é que vão agir.

6 A Teoria da Espiral do Silêncio

“The spiral-of-silence theory can be understood only in light on this constellation of ideas”⁷ – é apenas uma luz em toda a investigação que ainda há a percorrer acerca da Natureza Social do Homem. No entanto, há conceitos como “pressão para o conformismo” e “medo do isolamento”, que são fulcrais. Entre outras coisas, os homens têm uma natureza social que lhes causa medo de isolamento, o que os influencia substancialmente no seu comportamento.

Esta teoria não pretende ser um ideal teórico, também porque não é estática e porque não se baseia num pensamento teórico. É mais um puzzle de ideias que se cruzam e se completam e ao qual pode sempre ser acrescentado mais uma peça. Trata-se de um puzzle de ideias que está, muitas vezes, interligado com as campanhas eleitorais, que já foram alvo de estudo da própria Noelle-Neumann.

⁷ Tradução: “A Teoria da Espiral do Silêncio pode ser entendida como apenas uma luz desta constelação de ideias” - KAID, Lynda Lee, Handbook of Political Communication Research, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004, p.347.

Resumem-se aqui os pontos mais importantes da teoria:

1. Medo da rejeição pelos que o rodeiam;
2. Monitorização dos comportamentos, de forma a observar quais são os aprovados e os reprovados socialmente, (em grupo);~
3. Há gestos e expressões que, sem fala, expressam a aprovação ou não de determinada ideia, comportamento;
4. Tendência para não expressar a sua opinião publicamente quando há possibilidade de rejeição, objecções ou desdém;
5. Quando se conclui que a opinião é aceite, a tendência é expressá-la com convicção;
6. O falar livremente de determinado ponto de vista reforça ainda mais a ideia de isolamento, por parte daqueles que defendem a opinião contrária;
7. Este processo apenas ocorre nas situações em que há uma questão moral forte – é a componente moral que dá poder à “opinião pública”;
8. Só questões controversas podem despoletar a “Espiral do Silêncio”;
9. Nem sempre o ponto de vista mais forte é o defendido pela maioria da população; há o medo de o admitir publicamente;
10. Os “mass media” podem influenciar, e muito, o processo da “Espiral do Silêncio”, quando numa questão moral tomam determinada posição e exercem influência no processo;

11. As pessoas não se apercebem do medo dos outros e da questão do isolamento;
12. A “Opinião Pública” é limitada no tempo e no espaço – a “Espiral do Silêncio” apenas se verifica durante um período de tempo limitado; este processo tende também a ser limitado pelas fronteiras geográficas e culturais;
13. A “Opinião Pública” serve como instrumento de controlo social, mas também de coesão social;

7 Testes à Teoria da Espiral do Silêncio

Podemos considerar que esta teoria é integrante da Teoria da Opinião Pública, logo não pretende ser universal, explicando todas as situações sociais. Nas últimas décadas, muitos investigadores têm-se debruçado para saber como esta teoria pode ser testada empiricamente. O primeiro grande erro é o de tentar, quase sempre ligá-la apenas ao tratamento de dados estatísticos.

O pré-requisito para o sucesso de análise da Teoria da Espiral do Silêncio reside na criação de uma situação de entrevista, onde fosse perceptível a pressão vinda de um clima de opinião. No momento em que o teste está ser conduzido deve aparecer uma questão moral, para que leve ao surgimento de diferentes posições. Temos como o exemplo o facto desta teoria aparecer quase sempre em cena, quando os “mass media” tomam uma posição num determinado debate.

Formas de analisar a Teoria da Espiral do Silêncio:

1. Recolher a informação necessária para

identificar e comparar os apoiantes e opositores de determinado assunto;

2. Observar o “Clima de Opinião” – aquilo que a população considera que é a opinião forte;
3. Quais as expectativas futuras? Que campo de opinião se tornará mais dominante no futuro?
4. Qual a vontade e a capacidade para defender determinada posição e relatá-la em público?
5. Identificar o grau de emoção que existe na defesa de determinada questão e qual a sua força moral;
6. Identificar a intensidade da abordagem dos “mass media” a esse assunto;

8 Caso Esmeralda e a Opinião Pública

Em Janeiro de 2003, Baltazar (pai biológico de Esmeralda/Ana Filipa) sabe, através do teste de ADN que tem uma filha e reclama a sua paternidade. A 13 de Julho de 2004, o tribunal Judicial de Torres Novas decide atribuir-lhe a paternidade da criança, mas já Luís Gomes, (conhecido no caso como “O Sargento”), e a mulher, tinham iniciado na Segurança Social um processo de confiança judicial, uma vez que a mãe biológica da criança, Aidida, lhes tinha dado a filha, com apenas três meses, por falta de posses.

A 16 de Janeiro de 2007, Luís Gomes recusa entregar Esmeralda ao pai biológico, contrariando a decisão do Tribunal Constitucional de Coimbra e é condenado por sequestro. É, por esta altura, que a história as-

sume o seu clímax nos meios de comunicação nacionais, desde jornais, rádios, revistas, televisões e passa a ser tema principal na ida para o trabalho, no café e ainda debatido em escolas e universidades. Um só caso marca a actualidade nesta altura: caso Esmeralda.

Na Internet surgem centenas de “blogs” pessoais, a partilhar opiniões acerca desta questão, quase todos eles, defendendo a opinião maioritária e, neste caso, também a opinião da maioria, senão totalidade, dos meios de comunicação portugueses. Petições, “Habeas Corpus”, abaixo-assinados de apoio ao sargento e à família adoptiva surgem um pouco por todo o país. Apresentadoras de televisão reiteram perante as câmaras que tamanha injustiça jamais foi vista em Portugal e que os juízes devem dar a volta à lei, de forma a salvaguardar o bem-estar psicológico da criança. No ecrã, pelas nossas casa dentro, entram psicólogos, médicos, políticos, desportistas, convidados dos mais variados programas a apoiar e a suportar a ideia de que nada havia de mais errado do que entregar a Esmeralda ao pai biológico. Durante o tempo em que todo este processo se desenrolou, e continua a desenrolar, embora agora com menos atenção por parte dos “mass media”, foi esquecida a minoria, aquela que partilha uma opinião diferente. A opinião pública esteve e está marcada pela posição dos meios de comunicação e caíram no silêncio todos aqueles que pensaram um dia de forma diferente. A isto se chama de “Espiral do Silêncio”.

Para tal vejamos, no dia 21 de Janeiro de 2007, o próprio director do JN (Jornal de Notícias), José Leite Pereira, na sua crónica habitual disse que a “justiça [é] cega mas injusta”. O dirigente de um jornal vem a público dizer, e referindo-se ao sargento (pai

adoptivo) que: “convenhamos, qualquer pessoa de bem recusaria entregar a SUA filha a um estranho”. A pessoa de bem aqui é o pai adoptivo, o estranho é o pai biológico. A opinião é clara. A indução dos leitores à mesma opinião ainda mais clara o é. Mas, ainda acrescenta mais: “o espantoso é que o militar precisou de se defender de uma decisão do tribunal. É claramente um caso de justiça cega, mas infelizmente injusta”. Bastanos estes pequenos excertos para ficarmos sensibilizados para o facto de que os “media” constroem a opinião pública, ou pelo menos tentam, e que numa questão moral, e obviamente esta assume esse estatuto, os jornalistas, editores, directores, melhor, os profissionais da comunicação não só assumem uma posição como a defendem acerrimamente. José Leite Pereira termina com chave de ouro a sua crónica, dizendo que: “por muito que custe a alguns juízes, nem sempre os pais biológicos merecem os seus filhos”⁸.

Mas, e o que acontece à minoria que tem uma posição diferente nesta história, e que consegue enfrentar o temor das represálias e o medo do isolamento. Numa das muitas notícias sobre este caso colocadas no site da RTP, conseguimos aperceber-nos porque se chega à espiral do silêncio, porque os indivíduos que defendem uma opinião minoritária tendem a calar-se. Esta notícia tem anexado um blog que permite deixar comentários. A Opinião Pública neste caso é a de que a Esmeralda deve, sem lugar a dúvidas, ser mantida com os pais adoptivos.

Neste “espaço público” de debate, Matilde, de Lisboa, a dois de Fevereiro de 2008,

⁸ Citações do artigo do Anexo 1 – “Justiça cega mas injusta”, JN, 21 de Janeiro de 2007.

atreve-se a ter uma opinião diferente. Começa mesmo por dizer que “não há dúvida que os jornais manipulam tudo. Eu faria o mesmo que o Baltazar (...) quando foi fazer os testes e deu positivo foi requerer a filha (...) mas o senhor sargento resolve fazer frente à justiça, a Portugal e a todos”.

Quatro dias depois surge o comentário de Isabel A., de São João da Madeira, que diz: “nunca pensei encontrar este tipo de comentários incongruentes, cheios de raiva e sem mais valia nenhuma para o caso”⁹. Seguem-se uma série de argumentos em defesa da menina em casa dos pais adoptivos. Quero com este exemplo mostrar como uma pessoa que, tendo uma opinião de menor força, acaba por ser encarada por quem está no grupo dos detentores da opinião forte. Provavelmente, Matilde não estava preocupada com aquilo que os outros iriam pensar de si ao lerem o seu comentário, desconhecia por isso a interacção simbólica de Mead, e não teve medo da rejeição dos que a rodeiam.

9 Conclusão

Ao ler as primeiras noções de “Espiral do Silêncio” e à medida que avançava na leitura do capítulo 13 do livro “Handbook of political communication research”, tornava-se claro na minha mente a associação destes pressupostos teóricos com tudo aquilo que vi, li, ouvi e me apercebi do caso Esmeralda.

O Silêncio obrigado estava ali, no rosto de todos os portugueses, no meu local de trabalho. Muitos devem ter pensado e ainda pensam como Matilde, mas o medo de serem

⁹ Citações do Anexo 2 – Artigo da RTP on line, “Caso Esmeralda: Tribunal notificou médicos para retomarem acompanhamento psiquiátrico da menor” – 31 Janeiro de 2008.

mal entendidos e até rejeitados socialmente levou-os ao consenso com a massa e a opinião de maior força, partilhada e alimentada pelos meios de comunicação nacionais.

O número sete dos pontos mais fortes da Teoria da Espiral do Silêncio, atrás mencionados neste trabalho, refere que “este processo apenas ocorre nas situações em que há uma questão moral forte – é a componente moral que dá poder à “opinião pública”. No caso Esmeralda é nítida a componente moral – primeiro porque na sociedade portuguesa e nos bons costumes nacionais “criar é amor”, depois porque um sargento implica “solidez financeira e posição social” e ainda porque a conduta da mãe biológica não é bem aceite, logo a do pai também não o será.

A aplicação da Espiral do Silêncio a este caso continua a ser possível quando Noelle-Neumann nos afirma que só questões controversas podem despoletar este processo e ainda quando frisa que os “mass media” podem influenciar, e muito, o processo da “Espiral do Silêncio”, quando numa questão moral tomam determinada posição e exercem influência no processo. Foi notório pelos exemplos que apresentámos anteriormente que tal aconteceu.

10 Bibliografia

KAID, Lynda Lee, *Handbook of Political Communication Research*, University of Florida, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, London, 2004

NEUMAN, Elisabeth, *La Espiral del Silencio*. Opinión Publica: nuestra peil social, Paidós, Barcelona, 1995.

VV.AA, *El nuevo espacio publico*, Gedisa,
Barcelona, 1992.